

**MARIA BERENICE DIAS**

A Lei **MARIA**  
**DA PENHA**  
na Justiça

9ª edição

2024



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

**Ilustração da capa:** Cristina Morandi Sehn Wapler

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 5.ª edição.

D5411 Dias, Maria Berenice.  
A Lei Maria da Pena na Justiça / Maria Berenice Dias – 9.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

432 p.

Inclui bibliografia  
ISBN: 978-85-442-4819-5

1. Direito Penal. 2. Violência. 3. Medida protetiva. I. Dias, Maria Berenice. II. Título.

CDD 341.5

Bibliotecária responsável:  
Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

## SUMÁRIO

<b>1. Por que Maria da Penha?</b> .....	<b>19</b>
<b>2. O ciclo da violência</b> .....	<b>23</b>
2.1. Estereótipos de gênero .....	23
2.2. O perverso ciclo da violência .....	26
<b>3. Um olhar no tempo</b> .....	<b>35</b>
3.1. No passado .....	35
3.2. Um novo tempo .....	39
3.3. Sem mais tempo .....	41
<b>4. Tratados internacionais</b> .....	<b>47</b>
4.1. Compromissos internacionais .....	47
4.1.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) .....	48
4.1.2. Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher .....	49
4.2. A força dos tratados .....	51
<b>5. Uma violação aos Direitos Humanos</b> .....	<b>55</b>
5.1. O direito desdobrado em gerações .....	55
5.2. A violência contra a mulher .....	57
<b>6. Questões constitucionais</b> .....	<b>65</b>
<b>7. Conceito e âmbito de incidência</b> .....	<b>69</b>
7.1. Conceito de violência doméstica .....	69
7.2. Tipificação fora do âmbito do direito penal .....	72
7.3. Família .....	75

7.4.	Relação íntima de afeto .....	76
7.5.	Unidade doméstica .....	78
7.6.	Uniões homoafetivas .....	79
7.7.	Namoro .....	81
<b>8.</b>	<b>Formas da violência .....</b>	<b>83</b>
8.1.	A violência em suas diversas formas .....	83
8.1.1.	Violência física .....	86
8.1.2.	Violência psicológica .....	89
8.1.3.	Violência sexual .....	95
8.1.4.	Violência patrimonial .....	100
8.1.5.	Violência moral .....	103
<b>9.</b>	<b>Os atores da violência .....</b>	<b>107</b>
9.1.	A abrangência da Lei .....	107
9.2.	Os atores da violência .....	109
9.3.	Sujeito ativo .....	110
9.4.	Sujeito passivo .....	112
<b>10.</b>	<b>Violência e suas Penas .....</b>	<b>119</b>
10.1.	O que mudou .....	119
10.2.	Reflexos nas relações familiares .....	121
10.3.	Alterações no âmbito penal .....	122
10.3.1.	Feminicídio .....	124
10.3.2.	Lesão corporal .....	124
10.4.	Prisão preventiva .....	126
10.5.	Crime continuado .....	129
10.6.	Comparecimento a programa de recuperação e reeducação E acompanhamento psicossocial .....	130
10.7.	Cesta básica .....	134
10.8.	<i>Sursis</i> .....	136

<b>11. Femicídio</b>	<b>139</b>
11.1. Conceito	139
11.2. Legítima defesa da honra	140
11.3. Tipificação	142
11.4. Competência	144
<b>12. Retratação, Desistência ou Renúncia?</b>	<b>147</b>
12.1. Algumas definições	147
12.2. Representação e renúncia na Lei dos Juizados Especiais	150
12.3. Representação e renúncia na Lei Maria da Penha	151
<b>13. Delitos Sujeitos à Representação</b>	<b>155</b>
<b>14. A Posição dos Tribunais Superiores</b>	<b>161</b>
14.1. Supremo Tribunal Federal	161
14.1.1. Constitucionalidade da lei Maria da Penha	162
14.1.2. Tutela da identidade de gênero	162
14.1.3. Audiência de custódia	163
14.1.4. Legítima defesa da honra	163
14.1.5. Acesso a cargos públicos	164
14.2. Superior Tribunal de Justiça	164
14.2.1. Natureza jurídica	164
14.2.2. A vítima da violência	165
14.2.3. Competência	166
14.2.4. Segredo de Justiça	167
14.2.5. Intimação eletrônica	167
14.1.6. Audiência de retratação	168
14.2.7. Coabitação	168
14.2.8. Lesão corporal leve e contravenção penal	169
14.2.9. Agravamento da pena	170

14.2.10.	Prazo de vigência das medidas protetivas ..	170
14.2.11.	Descumprimento da medida protetiva .....	171
14.2.12.	Motivação .....	171
14.2.13.	Garantia do trabalho .....	172
14.2.14.	Indenização por dano moral .....	172
14.2.15.	Fungibilidade recursal .....	173
14.2.16.	Princípio da insignificância .....	173
14.2.17.	Suspensão condicional do processo e da pena .....	174
14.3.	Jurisprudência em tese do STJ .....	174
<b>15.</b>	<b>Competência .....</b>	<b>177</b>
15.1.	Definição da competência .....	177
15.2.	Competência da Justiça Federal .....	178
15.3.	Competência de juízo .....	179
15.4.	Competência funcional .....	182
15.5.	Competência por prerrogativa de função .....	183
15.6.	Competência <i>ratione personae</i> .....	183
15.7.	Competência dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) e das Varas Criminais .....	190
15.7.1.	Juízo da execução .....	191
15.7.2.	Competência recursal .....	193
15.8.	Competência dos juízos de família .....	193
15.9.	Competência do júri .....	195
15.10.	Foro de eleição .....	195
<b>16.</b>	<b>Medidas protetivas de urgência .....</b>	<b>199</b>
16.1.	Tutela de urgência .....	199
16.2.	Natureza jurídica .....	203
16.3.	Aspectos processuais .....	206

16.4.	Medidas que obrigam o agressor .....	211
16.4.1.	Limitação ao uso de arma de fogo .....	212
16.4.2.	Separação de corpos e proibição de contato .....	213
16.4.3.	Restrição de contato com os filhos .....	216
16.4.4.	Obrigação alimentar .....	217
16.4.5.	Frequência a programas de recupera�o e reeduca�o e acompanhamento psicossocial .....	220
16.5.	Medidas que protegem a vítima .....	222
16.5.1.	Medidas de natureza patrimonial .....	224
16.6.	Execu�o das medidas protetivas .....	229
16.7.	Descumprimento das medidas protetivas .....	231
<b>17.</b>	<b>Garantia do trabalho .....</b>	<b>233</b>
17.1.	Natureza jurídica .....	233
17.2.	No serviço público .....	235
17.3.	Na iniciativa privada .....	237
<b>18.</b>	<b>O papel do Ministério Público .....</b>	<b>241</b>
18.1.	Atua�o .....	241
18.2.	Banco de dados .....	245
18.3.	Atribui�es .....	247
<b>19.</b>	<b>Providências policiais .....</b>	<b>249</b>
19.1.	Para onde se dirigir .....	251
19.2.	Escuta da vítima .....	252
19.3.	Registro da ocorrência .....	253
19.4.	Fato at�pico .....	255
19.5.	Representa�o .....	255
19.6.	Encaminhamento da medida protetiva a juízo .....	257
19.7.	Prisão em flagrante .....	258
19.8.	Penas restritivas de direito .....	258

19.9.	Acordo de não persecução penal .....	259
19.10.	Fiança .....	259
19.11.	Prisão preventiva .....	260
19.12.	Inquérito policial .....	261
19.13.	Identificação criminal .....	263
<b>20.</b>	<b>Procedimento judicial .....</b>	<b>265</b>
20.1.	No âmbito dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) .....	265
20.2.	No âmbito das Varas Criminais .....	267
20.3.	Rito .....	270
20.3.1.	Provas .....	271
20.4.	Competência .....	273
20.5.	Medida protetiva de urgência .....	276
20.5.1.	Prazo de vigência .....	282
20.5.2.	Audiência de acolhimento e verificação .....	283
20.6.	Retratação à representação .....	286
20.7.	Audiência de custódia .....	287
20.8.	Ações criminais .....	288
20.8.1.	Indenização por dano moral .....	292
20.9.	Feminicídio .....	293
20.10.	Ações cíveis .....	294
20.11.	Recursos .....	297
<b>21.</b>	<b>Políticas públicas .....</b>	<b>299</b>
21.1.	Previsões legais .....	299
21.1.1.	Lei Maria da Penha .....	300
21.2.	Legislação extravagante .....	306
21.3.	Conselho Nacional de Justiça .....	310



<b>ANEXOS .....</b>	<b>315</b>
<b>1. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 .....</b>	<b>317</b>
<b>2. Tratados e convenções internacionais .....</b>	<b>339</b>
2.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher .....	339
2.1.1. Decreto 4.377, de 13 de setembro de 2002 ..	355
2.1.2. Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher .....	356
2.1.3. Decreto 4.316, de 30 de julho de 2002 .....	364
2.2. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção Belém do Pará” .....	365
2.2.1. Decreto 1.973, de 1.º de agosto de 1996 ..	375
<b>3. Temas e Súmulas dos Tribunais Superiores .....</b>	<b>377</b>
3.1. Supremo Tribunal Federal .....	377
3.1.1. Tese de repercussão geral .....	377
3.2. Superior Tribunal de Justiça .....	378
3.2.1. Teses de repercussão geral .....	378
3.2.2. Súmulas .....	378
<b>4. Enunciados .....</b>	<b>381</b>
4.1. Fórum Nacional de Juízes da Violência Doméstica (FONAVID) .....	381
4.2. Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (copevid) do Conselho Nacional de Procuradores-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União .....	391
4.3. Conselho Nacional de Justiça .....	404
4.4. IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família ....	404

<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>407</b>
<b>Obras da Autora .....</b>	<b>423</b>
<b>Coordenação de obras coletivas .....</b>	<b>425</b>